

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

*Plano Regional de Ordenamento do Território*



**VOLUME II**  
Caracterização e Diagnóstico

AGOSTO 2005

- O Sector das Pescas

ANEXO E1

## ÍNDICE

O SECTOR DAS PESCAS.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. SITUAÇÃO ACTUAL DO SECTOR.....	3
3. PRODUÇÃO DE PESCADO.....	4
3.1 Pescado Descarregado.....	4
3.2 Aquicultura.....	8
3.3 Produção de Sal Marinho.....	9
3.4 Indústria Transformadora dos Produtos da Pesca e Aquicultura.....	10
4. Estrutura do Sector.....	11
4.1 Emprego.....	11
4.2 Frota de Pesca.....	12
4.3 Aquicultura.....	15
4.4 Produção de Sal Marinho.....	15
4.5 Indústria Transformadora dos Produtos da Pesca e Aquicultura.....	16
4.6 Investimento no Sector.....	16
4.7 Legislação em vigor.....	18
5. DINÂMICA EVOLUTIVA DO SECTOR.....	21
5.1 Produção de pescado.....	21
5.2 Estrutura do sector.....	23
6. ÂMBITOS DE PREOCUPAÇÃO.....	24
7. INICIATIVAS EM CURSO.....	25
8. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS PARA O SECTOR.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
ANEXOS.....	29
GLOSSÁRIO.....	30

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Pescado descarregado, em quantidade e valor, no ano 2002 .....	4
Gráfico 2. Distribuição do pescado descarregado, em quantidade e valor, nos principais portos da região do Algarve no ano 2002 .....	5
Gráfico 3. Distribuição do pescado descarregado por segmento de frota, em quantidade e valor, para a região do Algarve no ano 2002.....	7
Gráfico 4. Produção aquícola, em quantidade e valor, no ano 2001 .....	8
Gráfico 5. Distribuição da produção aquícola por regime de exploração, em quantidade e valor, para a região do Algarve no ano 2001 .....	9
Gráfico 6. Produção de sal marinho, em quantidade, no ano 2002 .....	10
Gráfico 7. Produção de conservas e semi conservas na região do Algarve, em quantidade, no ano 2002 .....	11
Gráfico 8. Embarcações registadas em número, arqueação bruta e potência propulsora no ano 2002 .....	13
Gráfico 9. Proporção do número de embarcações de pesca licenciadas nos principais portos da região do Algarve no ano 2002 .....	13
Gráfico 10. Proporção do número de licenças de pesca nos principais portos da região do Algarve no ano 2002 .....	14
Gráfico 11. Distribuição da zona de salgado no ano 2001 (Fonte: Estatísticas da Pesca, INE, 2003) .....	16
Gráfico 12. Pescado descarregado, em quantidade e valor, para a região do Algarve, 1980-2002 .....	21
Gráfico 13. Produção de aquicultura, em quantidade e valor, para a região do Algarve, 1990-2001 .....	22
Gráfico 14. Produção de sal, em quantidade, para a região do Algarve, 1980-2002 .....	22
Gráfico 15. Pescadores matriculados na região do Algarve, 1980-2002 .....	23
Gráfico 16. Embarcações registadas, força motriz (kW) e arqueação (tAB) na região do Algarve, 1991-2002 .....	23
Gráfico 1. Distribuição das licenças de pesca por arte nos principais portos da região do Algarve e pelos segmentos de frota costeira e local, no ano 2002.....	29

## **O SECTOR DAS PESCAS**

### **1. INTRODUÇÃO**

O Algarve, com uma costa de aproximadamente 160Km, tem nas pescas, historicamente, um dos principais recursos económicos e certamente uma das primeiras actividades humanas na região (Matias, 1998; Mesquita, 1988). A região tem vantagens importantes no domínio das pescas, designadamente um elevado potencial de recursos, uma frota importante e um mercado com grande apetência ao consumo de produtos do mar. Acresce a tudo isto uma grande tradição e experiência de pesca e óptimas condições para a prática da aquicultura nas suas componentes de moluscicultura e piscicultura.

Portimão, Olhão e Vila Real de St.<sup>o</sup> António são casos típicos de cidades Algarvias onde se verifica um impacto significativo das actividades pesqueiras no respectivo tecido social. Isto para apenas evidenciar cidades e para não ter de citar dezenas de pequenas comunidades piscatórias de grande tradição e dependência económica da pesca e das actividades que, a montante e a jusante, com ela se interligam.

O sector das pescas na região do Algarve (integrando a captura, produção, transformação e comercialização do pescado), é uma actividade cuja relevância transcende o lado puramente económico e que assume contornos sociais de inegável importância e significado.

O presente capítulo visa analisar o sector pesqueiro na região do Algarve, descrevendo a actual situação e, sempre que possível, a evolução verificada desde 1980<sup>1</sup>. Analisa, também, as perspectivas do sector, âmbitos de preocupações e iniciativas em curso. Os indicadores utilizados foram baseados nos dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Direcção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA).

### **2. SITUAÇÃO ACTUAL DO SECTOR**

Actualmente as pescas no Algarve, como no resto do território nacional, estão em crise. O apogeu desta actividade em Portugal registou-se entre os anos sessenta e setenta, com a existência de uma frota que explorava os mares do Atlântico Noroeste e Sul, respectivamente o bacalhau da Terra Nova e Gronelândia e a pescada do Cabo Branco à Maurítânia – a frota dos bacalhoeiros e do arrasto. Actualmente, e devido à grande quebra nas capturas em pesqueiros externos, assiste-se a uma perda de importância das capturas em águas externas face ao ganho de importância das capturas efectuadas em águas nacionais.

O aumento do consumo de produtos da pesca em Portugal, associado à redução das capturas, faz com que a produção nacional apenas satisfaça cerca de metade das necessidades do mercado, pelo que tem sido crescente o recurso às importações. Estas assumem uma importância extrema na redução do deficit de pescado colocando Portugal numa situação desfavorável em termos de despesas de importação de produtos da pesca.

---

<sup>1</sup> Este ano foi seleccionado por, simultaneamente, permitir uma análise num período relativamente longo e anteceder a entrada de Portugal na União Europeia (1 de Janeiro de 1986).

### 3. PRODUÇÃO DE PESCADO

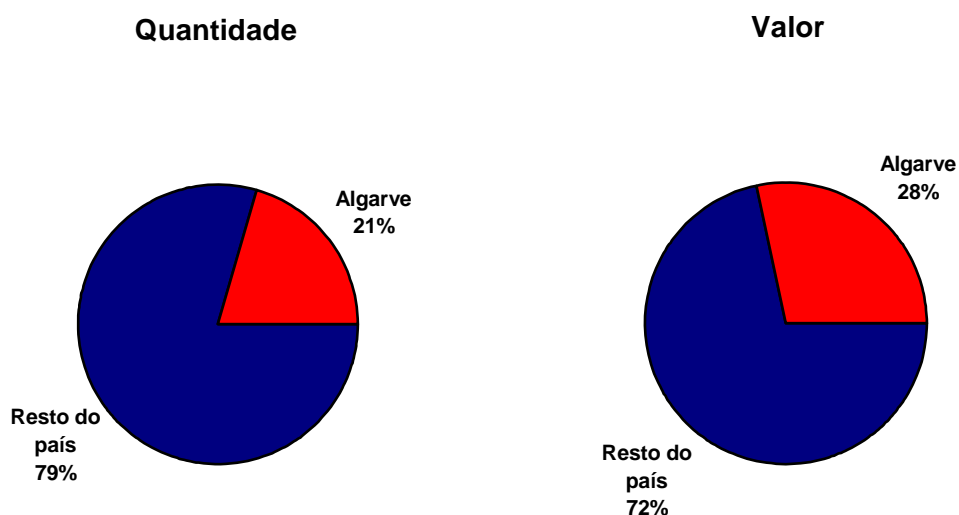
#### 3.1 Pescado Descarregado

O sector pesqueiro reveste-se da maior importância no Algarve e, apesar de ser constituído por uma frota praticamente artesanal, a região é uma das mais importantes a nível nacional. O Algarve concentra dois dos cinco principais portos de pesca a nível nacional (Portimão e Olhão), em termos de quantidades descarregadas.

Na região do Algarve no ano 2002, foram descarregadas 30 596 toneladas de pescado fresco ou refrigerado no valor de 75 392 mil euros, representando, respectivamente, 21 e 28% do total de pescado descarregado a nível nacional (Gráfico 1).

**Gráfico 1. Pescado descarregado, em quantidade e valor, no ano 2002**

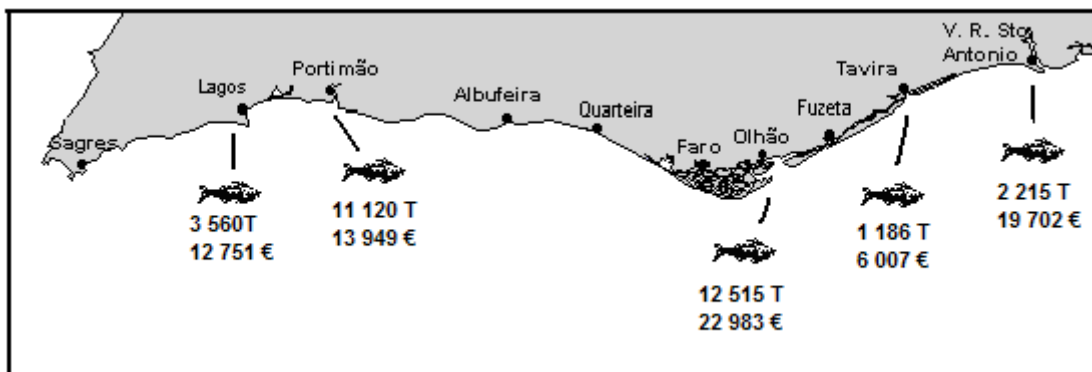
(Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGPA).



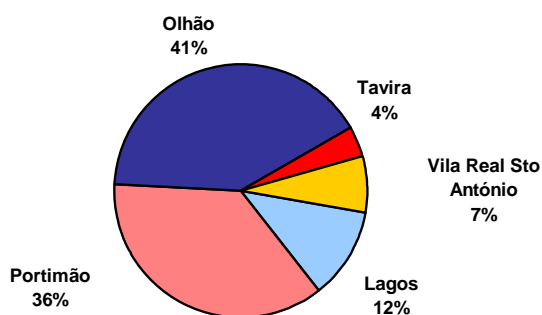
O porto mais importante em termos de quantidade e valor descarregados é o porto de Olhão, seguido do de Portimão em termos de quantidades descarregadas e o de Vila Real de St.<sup>o</sup> António em termos do valor das descargas (Gráfico 2). Esta importância acentuada das descargas em termos de valor no porto de Vila Real de St.<sup>o</sup> António deve-se às descargas de crustáceos serem maioritariamente efectuadas neste porto.

**Gráfico 2. Distribuição do pescado descarregado, em quantidade e valor, nos principais portos da região do Algarve no ano 2002**

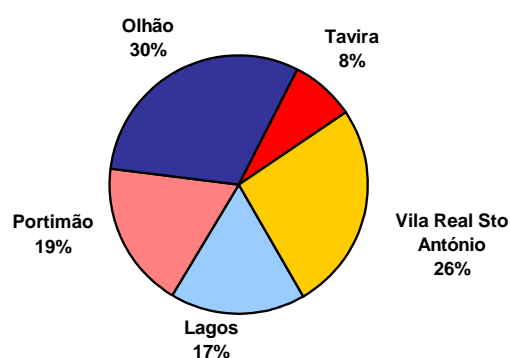
(Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGPA).



**Quantidade**



**Valor**



O pescado desembarcado no Algarve é composto por uma diversidade de espécies, quase todas capturadas perto da costa pela frota local e costeira (Matias, 1998). Relativamente às principais espécies desembarcadas, destaca-se largamente a sardinha<sup>2</sup>, com quantidades de 10 884 toneladas representando cerca de 36% do total de desembarques.

A sardinha o polvo e a cavala foram, por esta ordem, as espécies mais desembarcadas em quantidade. Em termos de valor o polvo é a espécie mais importante, seguindo-se a gamba e a sardinha (Quadro 1).

<sup>2</sup> Ao longo do texto todas as espécies mencionadas pelo nome vulgar foram classificadas com o respectivo nome científico no Glossário.

**Quadro 1. Pesca descarregada, em quantidade e valor, para algumas das principais espécies na região do Algarve no ano 2002**

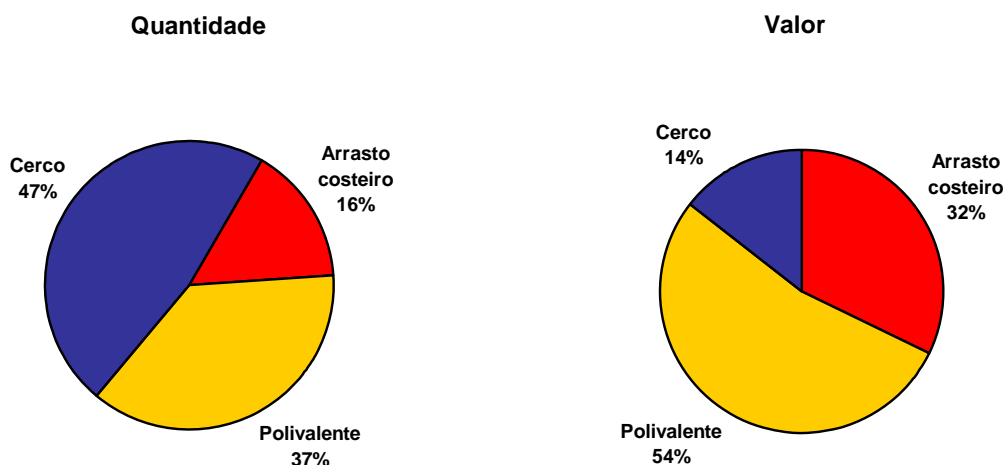
Principais espécies	Algarve	
	Quantidade (Ton)	Valor (10 <sup>3</sup> €)
<b>Peixes marinhos</b>	<b>23 729</b>	<b>35 614</b>
Carapau	2 486	4 877
Cavala	3 337	1 155
Pescadas	745	2 858
Sarda	790	340
Sardinha	10 884	6 373
<b>Crustáceos</b>	<b>1 012</b>	<b>17 438</b>
Gambas	479	7 857
Lagostim	342	5 853
<b>Moluscos</b>	<b>5 839</b>	<b>22 314</b>
Ameijoa	872	1 334
Polvo	3 394	17 014
<b>Total</b>	<b>30 596</b>	<b>75 392</b>

**Fonte:** Estatísticas da Pesca (INE/DGPA).

O pescado proveniente da pesca do cerco, que em 2002 totalizou 13 993 toneladas, foi responsável pelo maior volume de capturas (47%) na região, seguida pela pesca polivalente (37%) e pelo arrasto costeiro (16%). Em relação ao volume de vendas, a pesca efectuada pela frota polivalente (54%) é a mais importante, seguida do arrasto (32%) e do cerco (14%) (Gráfico 3). Esta diferença entre a quantidade e valor observada nos diferentes segmentos da frota deve-se às espécies capturadas. A pesca do cerco é dirigida maioritariamente à sardinha, que por ser a espécie mais capturada em Portugal faz com que a pesca do cerco seja responsável pelo maior volume das capturas em quantidade. A frota polivalente captura espécies de elevado valor comercial, nomeadamente esparídeos, sendo portanto a mais importante em termos de valor das capturas.

**Gráfico 3. Distribuição do pescado descarregado por segmento de frota, em quantidade e valor, para a região do Algarve no ano 2002**

(Fonte: Estatísticas da pesca, INE/DGPA)



O porto de Portimão foi responsável pela maior parte do pescado descarregado proveniente da pesca do arrasto costeiro (64%) e o porto de Olhão pelo pescado proveniente da pesca polivalente (51%). O pescado proveniente da pesca do cerco foi praticamente todo desembarcado nos portos de Portimão (48%) e Olhão (46%) (Quadro 2).

Em termos do valor proveniente da primeira venda em lota do pescado descarregado verifica-se que o porto de Vila Real de St.<sup>o</sup> António foi responsável pela maior parte do pescado proveniente da pesca do arrasto costeiro (77%) e o porto de Olhão pelo proveniente da pesca polivalente (40%) e do cerco (57%) (Quadro 2).

**Quadro 2. Pescado descarregado por segmento de frota, em quantidade e valor, nos principais portos da região do Algarve no ano 2002**

	Arrasto costeiro		Polivalente		Cerco	
	Quantidade (Ton)	Valor (10 <sup>3</sup> €)	Quantidade (Ton)	Valor (10 <sup>3</sup> €)	Quantidade (Ton)	Valor (10 <sup>3</sup> €)
Lagos	11	20	2 665	11 863	884	868
Portimão	2 919	4 404	1 575	6 011	6 626	3 532
Olhão	279	1 012	5 638	15 544	6 437	6 001
Tavira			1 062	5 357	42	180
Vila Real Sto António	1 395	18 332	127	451	4	5
<b>Algarve</b>	<b>4 604</b>	<b>23 768</b>	<b>11 067</b>	<b>39 226</b>	<b>13 993</b>	<b>10 586</b>
<b>Portugal</b>	<b>18 624</b>	<b>48 331</b>	<b>54 912</b>	<b>165 860</b>	<b>72 751</b>	<b>49 669</b>

Fonte: Estatísticas da pesca, INE/DGPA



### 3.2 Aquicultura

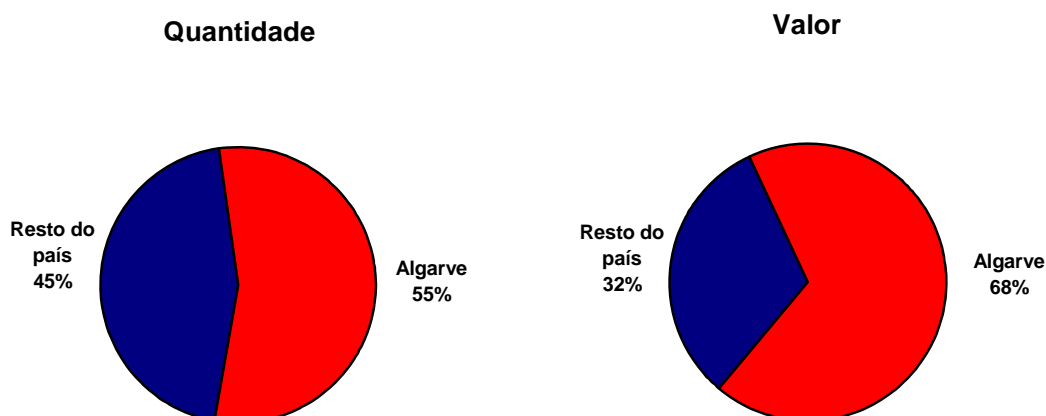
A aquicultura constitui uma importante alternativa às formas tradicionais de abastecimento de pescado. Em Portugal, o crescimento da aquicultura, lento no passado, acelerou no final da década de noventa. No entanto, desempenha um papel ainda relativamente modesto no conjunto do sector da pesca.

A produção resultante da actividade aquícola na região do Algarve, em 2001, foi de 4522 toneladas a que correspondeu uma receita de 34 521 mil euros. O Algarve é a região do país mais importante em termos de produção aquícola, sendo responsável por quase toda a produção de moluscos bivalves e por grande parte da produção de peixes marinhos.

A aquicultura no Algarve representou, no ano 2001, 55 e 68% da produção nacional total, em quantidade e valor, respectivamente, tendo sido, destacadamente, a região do país com maior produção (Gráfico 4).

**Gráfico 4. Produção aquícola, em quantidade e valor, no ano 2001**

(Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGPA)



Os dados de produção resultantes da actividade aquícola fornecidos pelas entidades oficiais apresentam, por vezes, alguma fragilidade devendo ser utilizados com alguma precaução. Segundo Gouveia (2001), os valores de produção aquícola obtidos das estatísticas oficiais estão, frequentemente, subestimados devido a, muitas vezes, quantidades significativas de peixe e, especialmente, de moluscos serem produzidas mas não declaradas.

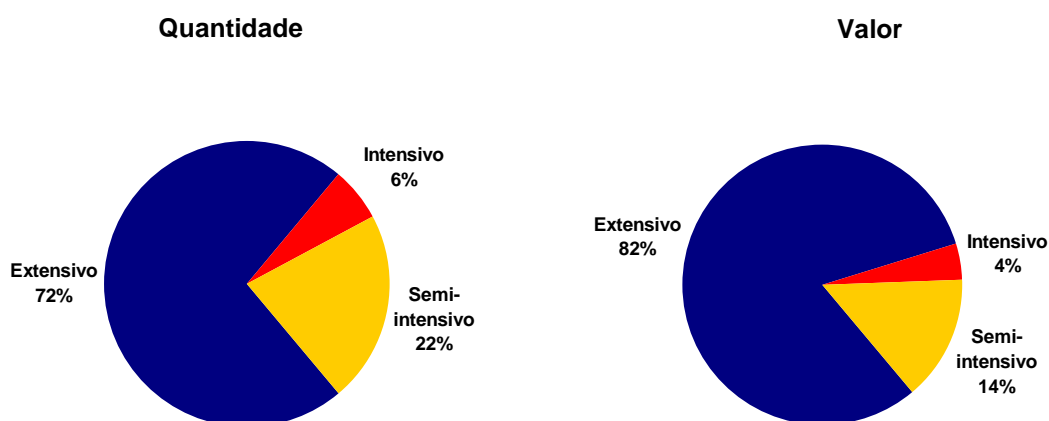
A aquicultura no Algarve é exclusivamente marinha e feita apenas nos sistemas lagunares, dos quais a Ria Formosa é de longe o maior e o mais importante e onde se registaram as maiores produções de moluscos bivalves e peixes marinhos.

A aquicultura extensiva (principalmente bivalves) é responsável pela maior quantidade (72%) e valor (82%) produzidos (Gráficos 5).

Em Portugal, os moluscos bivalves são as principais espécies produzidas em regime extensivo, representando 96% deste tipo de produção em quantidade. A produção intensiva e semi-intensiva são dedicadas exclusivamente à produção de peixes. As principais espécies produzidas são a amêijoia (67%) em regime extensivo e a dourada, pregado e robalo em regime intensivo e semi-intensivo.

**Gráfico 5. Distribuição da produção aquícola por regime de exploração, em quantidade e valor, para a região do Algarve no ano 2001**

(Fonte: Estatísticas da pesca, INE/DGPA)



### 3.3 Produção de Sal Marinho

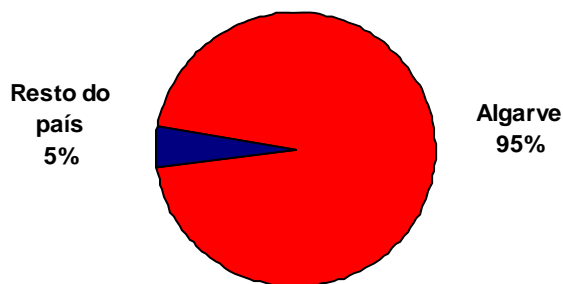
A costa portuguesa, especialmente no sul do país onde as condições edafo-climáticas são muito favoráveis, apresenta boas condições para a produção do sal marinho por evaporação solar.

O Algarve é a região do país mais importante em termos de produção de sal marinho, sendo responsável pela quase totalidade da produção. Segundo os dados da DGPA a região, com uma produção de 38 165 toneladas, foi responsável, no ano de 2002, por 95% da produção de sal marinho em Portugal (Gráfico 6).

**Gráfico 6. Produção de sal marinho, em quantidade, no ano 2002**

(Fonte: Manifestos da Produção Salineira, DGPA / Estatísticas da Pesca, INE/DGPA)

**Produção de sal marinho (quantidade)**



### 3.4 Indústria Transformadora dos Produtos da Pesca e Aquicultura

Segundo a Direcção Geral das Pescas e da Aquicultura a indústria transformadora das pescas mostra-se como uma fileira de grande dinâmica no panorama do sector produtivo nacional, associando uma imagem de tradição e *know-how* a características de flexibilidade e de incorporação tecnológica, numa notável capacidade de adaptação à evolução do mercado global.

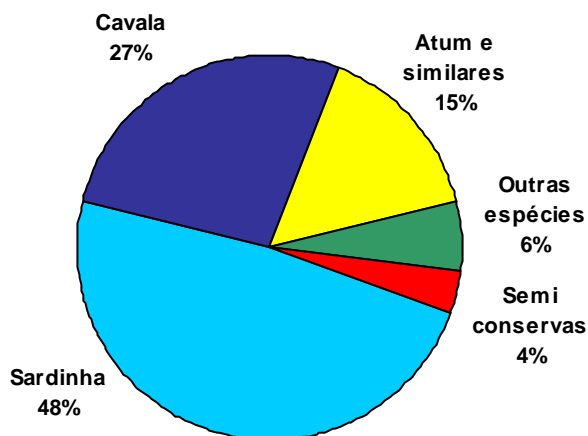
A indústria transformadora é responsável por dois dos principais produtos exportados pelo sector agro-alimentar: os peixes e moluscos e as conservas de peixe.

As conservas e semi-conservas de peixe são o sub-sector mais importante da indústria transformadora dos produtos da pesca, quer pela tradição, quer pela importância estratégica que detêm na balança comercial do País. Dentro das conservas e semi-conservas destaca-se pela sua importância, a indústria de produção de conservas de sardinha.

A produção da indústria conserveira no Algarve, em 2002, foi responsável por apenas 6% da produção de conservas a nível nacional. No Algarve, as conservas de sardinha, com uma produção de 1 097 toneladas, detêm destacadamente a principal fatia da produção, cerca de 48% do total (Gráfico 7).

**Gráfico 7. Produção de conservas e semi conservas na região do Algarve, em quantidade, no ano 2002**

(Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGPA)



## 4. ESTRUTURA DO SECTOR

### 4.1 Emprego

Os dados de emprego no sector pesqueiro em Portugal produzidos pelas entidades oficiais devem ser utilizados com alguma cautela. Por um lado, reflectem apenas os pescadores matriculados subestimando o sector, pois negligenciam por completo uma vasta gama da população, directa e indirectamente, relacionada com a actividade. Por outro lado, o próprio número de pescadores matriculados nas capitánias, segundo os responsáveis pelo sector, deve ser analisados com alguma precaução pois, muitas vezes, encontra-se sobrestimado<sup>3</sup>.

Segundo Dahl & Cross (1998), na UE cada posto de trabalho no mar cria dez outros em terra. Ainda, segundo Ridler (1993), no caso da aquicultura, tipicamente, para cada emprego directo existem 2/3 de emprego em actividades indirectas. Os factos mencionados demonstram a fragilidade dos dados. A análise que se segue deve ter estes factores em consideração.

Apesar das estatísticas oficiais das pescas não possuírem dados sobre o emprego nos vários segmentos do sector Goulding *et al.* (2000) reuniu informação sobre o emprego nas diferentes actividades relacionadas com o sector. O quadro 3 indica estes valores para a região do Algarve.

A região do Algarve, em 2002, com um total de 6 168 activos matriculados apresentou o maior número de pescadores matriculados a nível nacional, representando 28% do número total de pescadores no país. Os pescadores representavam a maioria da população empregada no sector na região (53%).

<sup>3</sup> Com a publicação do Regime Jurídico de Contrato Individual de Trabalho a Bordo de Embarcações de Pesca (Dec. Lei 15/97 de 31 de Maio), o número de matrículas passou a ter como finalidade possibilitar à Capitania verificar a conformidade da embarcação no que respeita à tripulação. Devido a esta Lei as embarcações desenvolveram o estratagema de matricular um número de pescadores por embarcação superior ao que de facto exerce a actividade habitualmente. A matrícula constitui também a única forma de o pescador poder comprovar uma relação de trabalho, nomeadamente junto da Segurança Social. Com base nestes factos os próprios responsáveis pelo sector aconselham prudência na leitura dos dados oficiais, podendo estes estar claramente sobrestimados.

Quanto ao emprego em aquicultura as entidades oficiais fornecem dados subestimados (Goulding *et al.*, 2000). Segundo Mendonça *et al.* (1992), apesar de não existirem dados disponíveis sobre o número de pessoas permanentemente empregadas na aquicultura este número é relativamente reduzido devido ao grande número de unidades que operam sob um regime familiar e devido ao uso frequente de empregados temporários sem contrato de trabalho.

Os aquicultores, os quais contabilizam 40% da população empregada no sector, representam, após os pescadores, o maior grupo empregado no sector. Na aquicultura 98% da população empregada trabalha nos viveiros.

A indústria de processamento dos produtos da pesca emprega cerca de 6% da população do sector e a construção e reparação naval menos de 1%.

**Quadro 3. População empregada nas diferentes actividades do sector pesqueiro na região do Algarve**

Actividade		Emprego	%
Pesca	Costeira	6 168*	53
	Interior	-	
Aquicultura	Marinha	Moluscicultura	4 498
		Piscicultura	109
	Interior	-	
Indústria de processamento		724	6
Construção e reparação naval		83	1
<b>Total</b>		<b>11 582</b>	

Fonte: Goulding *et al.*, 2000.

Nota: \* Estatísticas da Pescas (INE/DGPA).

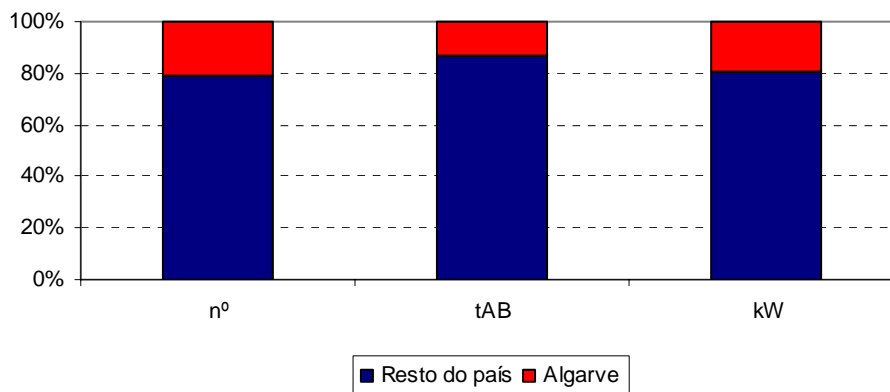
## 4.2 Frota de Pesca

Numa região de grande tradição e vocação marítima, a frota de pesca apresenta uma grande diversidade nas suas características. A frota caracteriza-se, essencialmente, pela predominância, em número, de pequenas embarcações em madeira, a maioria de boca aberta, que reflecte uma actividade fundamentalmente artesanal, mas de grande importância para um número significativo de comunidades ribeirinhas.

A região do Algarve, em 2002, representava, após Lisboa e Vale do Tejo, a segunda maior frota registada a nível nacional. A frota de pesca algarvia era constituída por 2233 embarcações, que totalizavam uma tonelagem de arqueação bruta de 14 549 tAB e uma potência propulsora de 79 906 kW. A região representa 21% do número, 13% da arqueação e 21% da potência das embarcações de pesca nacional registadas (Gráfico 8).

**Gráfico 8. Embarcações registadas em número, arqueação bruta e potência propulsora no ano 2002**

(Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGPA)

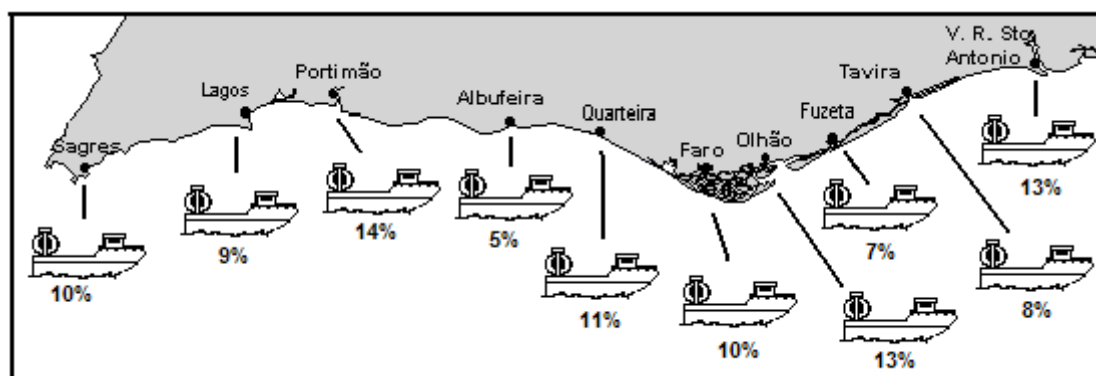


A distribuição das embarcações de pesca pelos principais portos da região é dada pelos Gráfico 9 e Quadro 4.

O pescado desembarcado no Algarve é composto por uma diversidade de espécies, quase todas capturadas perto da costa pela frota local e costeira (Matias, 1998). A frota local (75% das embarcações registadas em número) é constituída por pequenas embarcações com comprimento de fora a fora até 9m, a maioria de boca aberta, que operam dentro da área de jurisdição da capitania do porto em que estão registadas e das áreas das capitâncias limítrofes. A frota costeira (25% das embarcações registadas em número) é constituída por embarcações de comprimento de fora a fora superior a 9m, tonelagem de motor não inferior a 35 CV ou 25KW que podem operar em pesqueiros mais afastados da costa (nas áreas definidas no artigo 64 do Decreto-Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio).

**Gráfico 9. Proporção do número de embarcações de pesca licenciadas nos principais portos da região do Algarve no ano 2002**

(Fonte: Direcção Regional de Pescas e Aquicultura do Sul)



**Quadro 4. Embarcações de pesca licenciadas, pelos segmentos de frota costeira e local, nos principais portos da região do Algarve no ano 2002**

Portos	Embarcações licenciadas		
	Frota costeira	Frota local	Total
Albufeira	4	63	67
Faro	19	99	118
Fuzeta	16	68	84
Lagos	31	80	111
Olhão	53	111	164
Portimão	49	132	181
Quarteira	21	111	132
Sagres	21	102	123
Tavira	49	52	101
V. R. Stº António	47	113	160
<b>Algarve</b>	<b>287</b>	<b>769</b>	<b>1056</b>

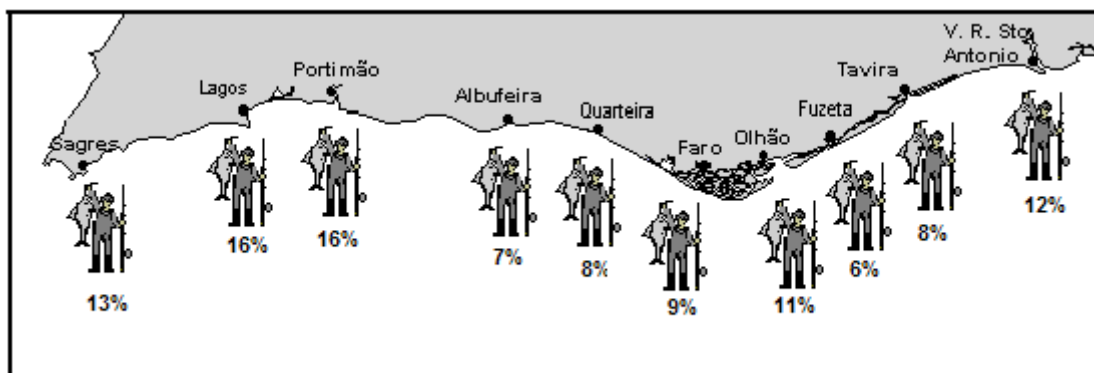
Fonte: DRPAS, 2003

A distribuição das licenças de pesca pelos principais portos da região é dada pelos Gráfico 10 e Quadro 5. O Quadro 1 (Anexo) mostra a distribuição das licenças de pesca por arte nos vários portos do Algarve e para as frotas local e costeira.

A frota local é responsável por 74% das licenças de pesca e a costeira por 26%. As licenças de pesca encontram-se distribuídas numa forma relativamente homogénea ao longo da costa algarvia.

**Gráfico 10. Proporção do número de licenças de pesca nos principais portos da região do Algarve no ano 2002**

(Fonte: Direcção Regional de Pescas e Aquicultura do Sul)



**Quadro 5. Licenças de pesca, pelos segmentos de frota costeira e local, nos principais portos da região do Algarve no ano 2002**

Portos	Licenças de pesca		
	Frota costeira	Frota local	Total
Albufeira	16	203	219
Faro	63	234	297
Fuzeta	37	162	199
Lagos	102	228	330
Olhão	131	217	348
Portimão	133	384	517
Quarteira	68	202	270
Sagres	71	345	416
Tavira	138	131	269
Vila Real Stº António	102	281	383
<b>Algarve</b>	<b>102</b>	<b>281</b>	<b>383</b>

Fonte: DRPAS, 2003

### 4.3 Aquicultura

A aquicultura marinha em Portugal caracterizou-se, inicialmente, pela predominância de estabelecimentos explorados por estruturas familiares em regime extensivo, tendo nos últimos anos evoluído, no sector da piscicultura, para unidades funcionando em regime de exploração semi-intensivo e, nalguns casos exploradas por empresas com alguma dimensão, inclusivé de nível internacional.

Os regimes de exploração em aquicultura abrangem três tipos: intensivo, semi-intensivo e extensivo. No regime intensivo, adequado a explorações com uma elevada concentração de animais, a alimentação é constituída apenas por rações. No regime semi-intensivo, um regime misto, os nutrientes que existem na água, são complementados com rações. No extensivo os animais alimentam-se dos nutrientes transportados pela água que entra no tanque. Este regime está associado a explorações em grandes áreas e é o mais praticado em Portugal.

O Algarve concentra o maior número de unidades licenciadas para a prática de aquicultura (71%) e contabiliza, também, a maior área ocupada pela aquicultura (80%) em Portugal.

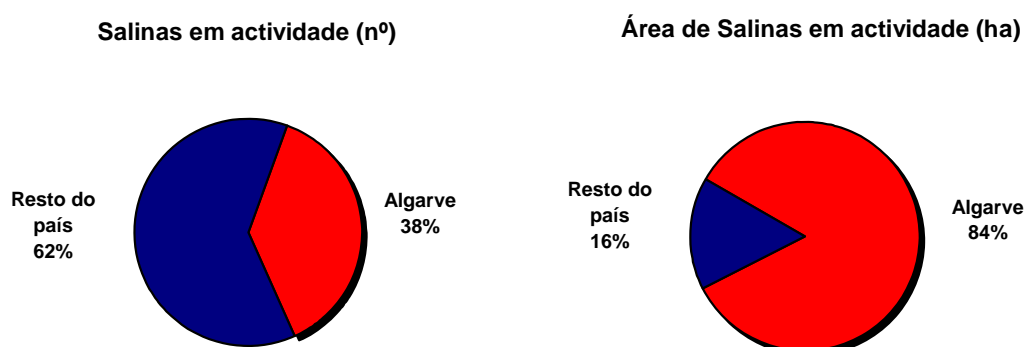
### 4.4 Produção de Sal Marinho

Os processos tecnológicos empregues variam desde o uso de metodologias tradicionais (produção artesanal), até à utilização de maquinaria pesada e automatizada, reflectindo-se no dimensionamento das unidades produtivas. Estas unidades, designadas por salinas ou marinhas, são constituídas por um conjunto de reservatórios construídos em terra e sobre solos impermeáveis, implantados em zonas de sapal.



Segundo dados do INE a região do Algarve é responsável por 38% do número de salinas em actividade, representado 84% da área da área utilizada para a produção de sal marinho (Gráfico 11).

**Gráfico 11. Distribuição da zona de salgado no ano 2001 (Fonte: Estatísticas da Pesca, INE, 2003)**



#### 4.5 Indústria Transformadora dos Produtos da Pesca e Aquicultura

A indústria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura está organizada por sub-sector, sendo estes:

- Conservas e Semi Conservas;
- Preparação e transformação de pescado congelado;
- Salga e secagem;
- Outras actividades.

A produção conserveira, o sub-sector mais importante da indústria transformadora de produtos da pesca e da aquicultura, baseia-se, desde sempre, quase exclusivamente em três espécies pelágicas (sardinha, atum e cavala).

#### 4.6 Investimento no Sector

O Programa Operacional Pesca (MARE) – Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca – bem como a componente Pesca dos programas operacionais regionais (MARIS), são os programas operacionais de apoio ao sector pesqueiro aplicáveis ao território do continente durante o período de vigência do Quadro Comunitário de Apoio para 2000-2006 (QCA III).

A região do Algarve canalizou, em 2002, 24% do investimento no âmbito do programa MARE.

Os programas MARE e MARIS prevêem o co-financiamento público, a fundo perdido, de intervenções estruturais e de outras acções de investimento no âmbito do sector pesqueiro. O programa MARE tem como objectivos estratégicos:

- Reforçar a competitividade e fortalecer o tecido económico dos três sub-sectoros básicos: a pesca, a aquicultura e a indústria transformadora;
- Manter uma exploração sustentada dos recursos da pesca e desenvolver fontes complementares de abastecimento de pescado;
- Potenciar um melhor conhecimento e capacidade profissional e empresarial dos profissionais do sector e das suas organizações;
- Fomentar a diversificação das actividades das comunidades piscatórias e reforçar o protagonismo das comunidades tradicionalmente dependentes da pesca, através de medidas que permitam fortalecer o segmento da pequena pesca costeira;
- Valorizar o potencial científico do sector orientando e apoiando as actividades de I&D que permitam um maior envolvimento da investigação no tecido produtivo e um melhor conhecimento da Zona Económica Exclusiva

O programa MARIS corresponde a duas medidas – Estruturas da Pesca e Transformação, financiada pelo IFOP e Estruturas de Apoio à Competitividade, financiada pelo FEDER – e tem como objectivo apoiar acções que visem:

- Melhoria das estruturas da pesca, de transformação e da aquicultura, numa óptica de complementaridade com o Programa MARE;
- Melhoria das infra-estruturas dos portos de pesca que integram a rede básica de Portos de Pesca;
- Melhoria das condições de exercício da actividade em pequenos núcleos piscatórios.

A Aquicultura tem, também, ao dispor, para além destes programas, do PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central). Este programa também prevê o co-financiamento público, a fundo perdido, de intervenções estruturais e de outras acções de investimento no âmbito da Aquicultura.

A actividade económica da produção do sal marinho, segundo a DGPA, tem merecido alguns apoios financeiros provenientes de fundos públicos, embora o seu montante tenha vindo a ficar aquém das necessidades sentidas e manifestadas pelo tecido produtivo. Os programas MARE e MARIS não contemplam intervenções estruturais co-financiadas por fundos comunitários para a Salicultura. Esta actividade tem a possibilidade de beneficiar de investimento com reflexos positivos na actividade salineira através de outros programas apoiados pela União Europeia, nomeadamente os orientados para o desenvolvimento regional e protecção ambiental.

#### 4.7 Legislação em vigor

O pescado desembarcado no Algarve é capturado perto da costa pela frota local e costeira. A frota local (a maior parte da frota) opera dentro da área de jurisdição da capitania do porto em que estão registadas e nas áreas das capitánias limítrofes. A frota costeira, dotada de maior autonomia e melhores condições de conservação do pescado a bordo, pode operar em pesqueiros mais afastados da costa. Esta frota opera nas áreas definidas no artigo 64 do Decreto-Regulamentar n.º 43/87 de 17 de Julho com as alterações que foram introduzidas pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio.

A pesca em águas oceánicas e em águas interiores marítimas só pode ser exercida de acordo com o Decreto Regulamentar N.º 43/87 de 17 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto Regulamentar N.º 7/2000 de 30 de Maio, pelos seguintes métodos de pesca:

1. Pesca por apanha
2. Pesca à linha
3. Pesca por arte de armadilha
4. Pesca por arte de arrasto
5. Pesca por arte envolvente-arrastante
6. Pesca por arte de cerco
7. Pesca por arte de emalhar.

De seguida segue-se uma pequena descrição destes métodos de pesca, áreas de actividade e principais espécies capturadas.

**Pesca por Apanha** - Método de pesca caracterizado por ser uma actividade individual em que, de um modo geral, não são utilizados utensílios especialmente fabricados para o fim da pesca, mas apenas as mãos ou os pés, ou eventualmente um animal, sem provocar ferimentos graves nas capturas. Esta actividade é particularmente importante na Ria Formosa.

**Pesca à Linha** - Método de pesca que se caracteriza pela existência de linhas e, em regra, de um ou mais anzóis, lastros e bóias.

**Pesca por Arte de Armadilha** - Método de pesca passivo pelo qual a presa é atraída ou encaminhada para o dispositivo que lhe dificulta ou impossibilita a fuga, sem que para tal tenha abandonado o seu elemento natural. Esta pesca pode ser dividida em pesca por Armadilha de Abrigo (tem como condições só poder ser efectuada com potes ou alcatruzes e é destinada à captura de polvos) e pesca por Armadilha de Gaiola (dispositivo de dimensões e forma muito diversas e destinado essencialmente à captura de peixe e crustáceos).

**Pesca por Arte de Arrasto** - Classifica-se como pesca por arte de arrasto qualquer método de pesca que utiliza estruturas rebocadas essencialmente compostas por bolsa, em geral grande, e podendo ser prolongada para os lados por “asas” relativamente pequenas. Existem vários tipos de pesca de arrasto: a ganchorra – arte de arrasto de pequena (destinada a operar em zonas só acessíveis na baixa-mar) ou média dimensão (rebocadas por embarcações e apenas permitido em profundidades superiores a 2,5 m), que se destina à captura de bivalves; O arrasto de fundo – arte de arrasto de média ou grande dimensão, sempre rebocada por embarcação, que se desloca sobre o fundo e em contacto com ele; Arrasto pelágico – arte rebocada, normalmente de grande dimensão, operando a meia água ou à superfície, não dispondo de protecção na sua estrutura que lhe permita contactos com o fundo sem sofrer avarias graves.

**Pesca por Arte Envolvente-Arrastante** - Método de pesca que utiliza estruturas de rede, com frequência dotadas de bolsa central e grandes asas laterais que arrastam e, prévia ou simultaneamente, envolvem ou cercam. Esta só pode ser exercida com a chamada arte de xávega.

**Pesca por Arte de Cerco** - Método de pesca que utiliza uma parede de rede sempre longa e alta, que é largada de modo a cercar completamente as presas e a reduzir a capacidade de fuga. Existem vários tipos de artes de cerco e este método de pesca é dirigido a várias espécies alvo. A principal espécie capturada por esta arte é a sardinha.

**Pesca por Arte de Emalhar** - Qualquer método de pesca que utiliza estrutura de rede com forma rectangular, constituída por 1, 2 ou 3 panos de diferente malhagem, mantidos em posição vertical por meio de cabos de flutuação e cabos de lastros, que pode actuar isolada ou em “caçadas” (conjunto de redes ligadas entre si, ficando os espécimes presos na própria rede).

A actividade pesqueira e regulamentada por uma extensa legislação, alguma da legislação mais importante é apresentada:

A. Legislação Geral

1. Lei Quadro do Exercício da Pesca Marítima e Culturas de Espécies Marinhas

- a. Publicada pelo Decreto-Lei n.º 278/87 de 7 de Julho, fixa o quadro legal regulamentar do exercício da pesca e das culturas marinhas em águas sob soberania e jurisdição portuguesas;
- b. Alterado pelo DL n.º 387/98, de 27 de Novembro

2. Regulamento da Pesca (RP)

- a. Publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, define as medidas nacionais de conservação dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição portuguesas
- b. Alterado pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio

B. Artes de Pesca

1. Apanha

- a. Portaria n.º 1102-B/2000, de 22 de Novembro;
- b. Alterada pela Portaria n.º 477/2001, de 10 de Maio

2. Pesca por Arte de Arrasto

- a. Portaria n.º 1102-E/2000, de 22 de Novembro;

- b. Alterada pela Portaria n.º 419-B/2001, de 18 de Abril e pela Portaria n.º 1423-B/2003, de 31 de Dezembro
  - 3. Pesca por Arte Envolvente Arrastante
    - a. Portaria n.º 1102-F/2000, de 22 de Novembro
  - 4. Pesca por Arte de cerco
    - a. Portaria n.º 1102-G/2000, de 22 de Novembro;
    - b. Alterada pela Portaria n.º 346/2002, de 2 de Abril
  - 5. Pesca por Arte de Emalhar
    - a. Portaria n.º 1102-H/2000, de 22 de Novembro;
    - b. Alterada pela Portaria n.º 386/2001, de 14 de Abril
  - 6. Pesca à Linha
    - a. Portaria n.º 1102-C/2000, de 22 de Novembro
  - 7. Pesca por Arte de Armadilhas
    - a. Portaria n.º 1102-D/2000, de 22 de Novembro;
    - b. Alterada pela Portaria n.º 419-A/2001, de 18 de Abril, pela Portaria n.º 280/2002, de 15 de Março e pela Portaria n.º 389/2002, de 11 de Abril
- C. Culturas Marinhas
  - 1. Decreto-Lei n.º 261/89 de 17 de Agosto, define o regime jurídico da actividade de cultura marinhas
  - 2. Decreto-Lei n.º 14/2000 de 21 de Setembro, estabelece os requisitos e condições relativos à instalação dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos, bem como condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças
- D. Pesca com Fins Lúdicos

Decreto-Lei n.º 246/2000 de 29 de Setembro, define o quadro legal do exercício da pesca marítima dirigida a espécies animais e vegetais com fins lúdicos

## 5. DINÂMICA EVOLUTIVA DO SECTOR

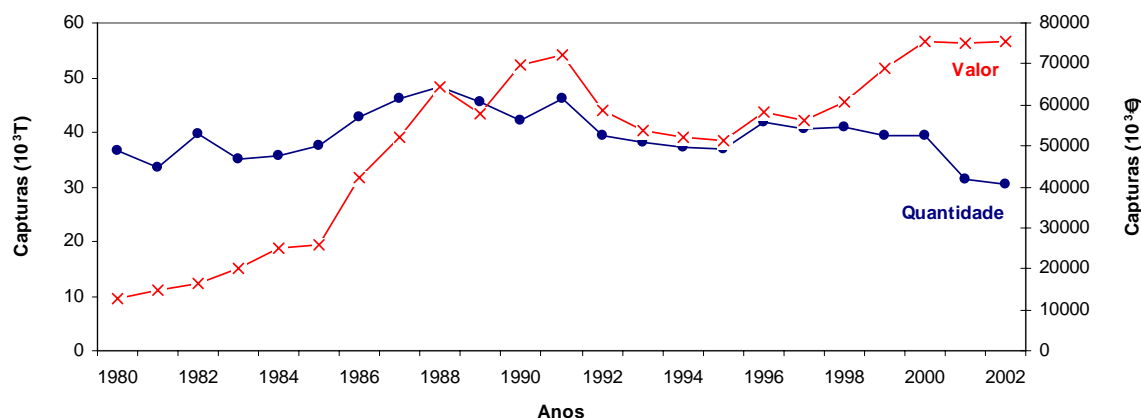
### 5.1 Produção de pescado

#### Pescado descarregado

A quantidade de pescado descarregado na região do Algarve diminuiu progressivamente durante as últimas duas décadas, passando de aproximadamente 37 mil toneladas em 1980 para 30.6 mil toneladas em 2002, correspondendo a uma diminuição de 17%. Em relação ao valor das capturas observou-se um incremento de 12 892 mil euros em 1980 para 75 392 mil euros em 2002, a preços correntes (Gráfico 12).

**Gráfico 12. Pescado descarregado, em quantidade e valor, para a região do Algarve, 1980-2002**

(Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGPA)

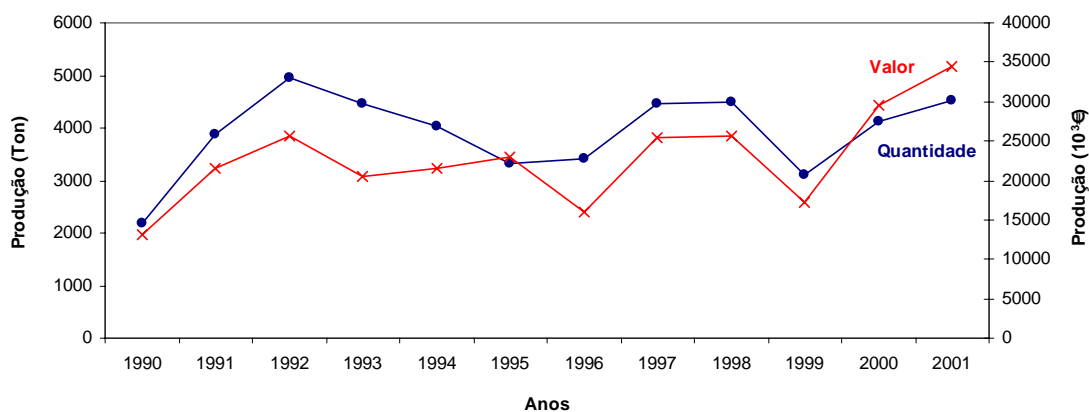


#### Aquicultura

Na região do Algarve tem-se verificado uma tendência crescente de produção aquícola, tendo esta sofrido um aumento superior a 100% (107%) em quantidade ao longo dos últimos anos, ao qual correspondeu um aumento 164% em termos de valor (Gráfico 13). As flutuações observadas devem-se, basicamente, a variações na produção de moluscos bivalves (sobretudo de amêijoabo) e têm sido imputadas a factores de ordem ambiental nos bancos de cultivo.

**Gráfico 13. Produção de aquicultura, em quantidade e valor, para a região do Algarve, 1990-2001**

(Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGPA)

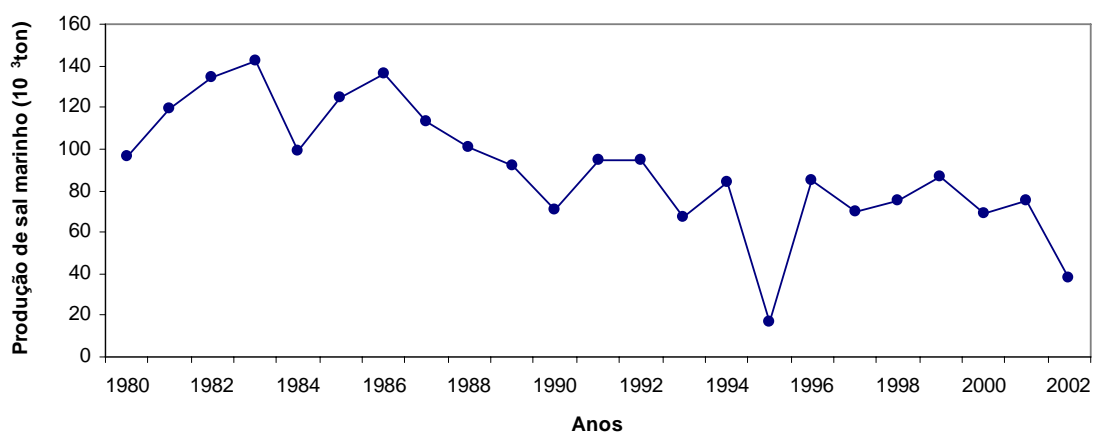


### Produção de Sal Marinho

Na região do Algarve tem-se verificado uma tendência decrescente na produção de sal marinho. Esta sofreu uma diminuição de 60% ao longo das últimas duas décadas (de 96 mil toneladas, em 1980, para 38 mil toneladas, em 2002) (Gráfico 14).

**Gráfico 14. Produção de sal, em quantidade, para a região do Algarve, 1980-2002**

(Fonte: Manifestos da Produção Salineira, DGPA / Estatísticas da Pesca, INE/DGPA)



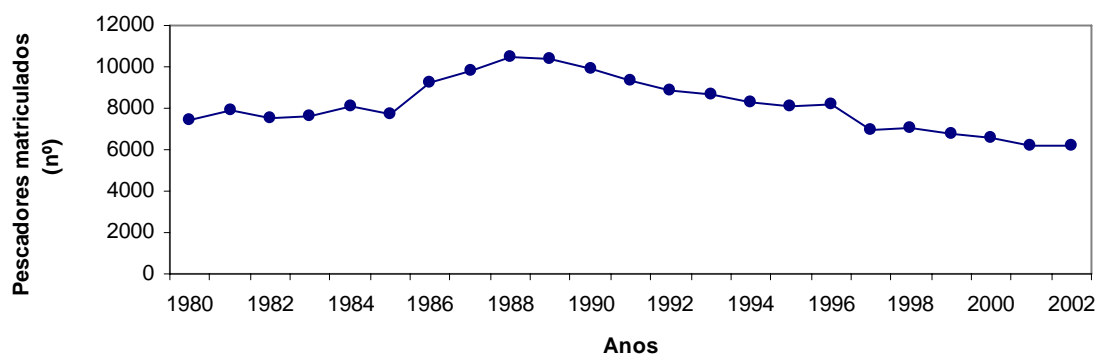
## 5.2 Estrutura do sector

### Emprego

O número de pescadores matriculados na frota pesqueira algarvia tem vindo a diminuir acentuadamente principalmente ao longo da última década. Tendo diminuído de 9 916 em 1990 para 6168 em 2002, representando uma diminuição de 38% (Gráfico 15).

Gráfico 15. Pescadores matriculados na região do Algarve, 1980-2002

(Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGPA)

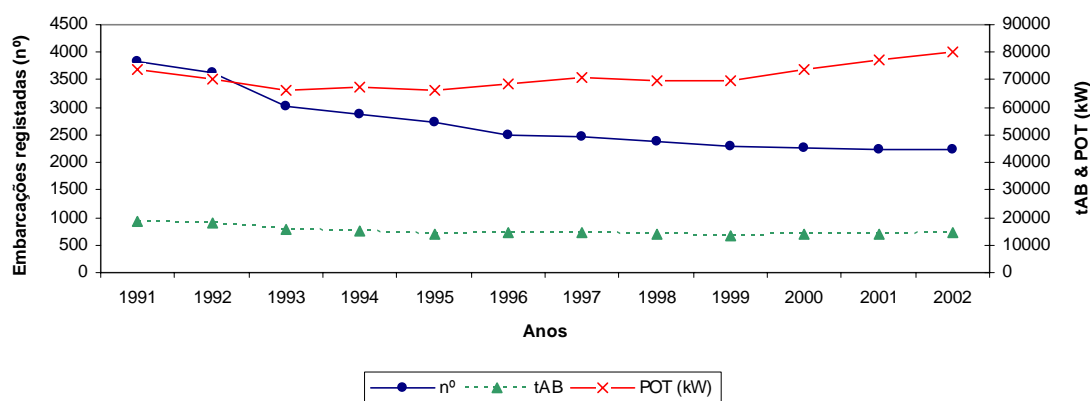


### Frota de pesca

No período de 1991 a 2002, a frota de pesca algarvia registou uma diminuição de 42% em número (de 3 832 para 2 233 embarcações), 22% em arqueação (de 18 691 para 14 549 tAB) e 8% em força motriz (de 73 701 para 69 906 kW) (Gráfico 16).

Gráfico 16. Embarcações registadas, força motriz (kW) e arqueação (tAB) na região do Algarve, 1991-2002

(Fonte: Estatísticas da Pesca, INE/DGPA)





## 6. ÂMBITOS DE PREOCUPAÇÃO

O sector pesqueiro na região do Algarve apresenta um grande relevo socio-económico em algumas comunidades ao longo da costa, constituindo uma actividade insubstituível na manutenção da identidade regional e uma fonte de rendimento para muitas famílias.

Em termos sócio-económicos o Algarve é a região a nível nacional com maior percentagem de população empregada envolvida na pesca, aquicultura e actividades relacionadas. O sector pesqueiro no Algarve emprega cerca de 3.4% da população residente na região.

As pescas no Algarve, como no resto do país, estão em crise. A frota de pesca algarvia diminuiu drasticamente ao longo da última década e, conseqüentemente, o emprego directo e indirecto no sector tem também demonstrado uma tendência decrescente.

Esta tendência decrescente na frota e emprego resulta em graves conseqüências sociais e económicas nas comunidades costeiras altamente dependentes da pesca, uma vez que a maioria dos pescadores trabalha exclusivamente na pesca (Costa & Franca, 1982) e existe pouca mobilidade profissional no sector (Figueira *et al.*, 2002).

No entanto, e apesar da tendência fortemente decrescente do número de pescadores matriculados e embarcações registadas ao longo dos últimos anos, a região do Algarve contabiliza o maior número de pescadores matriculados a nível nacional, sendo responsável por quase 1/3 do número total de pescadores. A região possui, também, uma importante frota pesqueira, a segunda maior em número (representado 1/5 da frota de pesca nacional).

Recentemente, tem-se verificado uma tendência decrescente nas capturas, com os desembarques a decrescerem quase 1/4 na região do Algarve ao longo da última década. As políticas de abate de embarcações não resultaram num decréscimo do esforço de pesca. Este facto deve-se, à substituição das embarcações ter resultado em embarcações mais modernas, mais potentes e melhores em termos tecnológicos, fazendo com que o esforço de pesca tenha, provavelmente, mesmo aumentado.

Uma vez que a quantidade de pescado capturado é tendencialmente mais escassa, quer por restrições de acesso a pesqueiros externos, quer ainda pela diminuição dos próprios recursos naturais, a tendência para uma maior exploração dos recursos é evidente.

A tendência decrescente nos desembarques é preocupante, fazendo do declínio dos mananciais de pesca o principal problema da indústria pesqueira local. Existem várias ameaças ao desenvolvimento sustentável do sector, sendo que as principais preocupações que afectam o sector pesqueiro são:

1. O declínio dos mananciais e o elevado esforço de pesca;
2. Mudanças ambientais que têm ocorrido recentemente;
3. O declínio do número de pescadores matriculados e envelhecimento da classe piscatória, bem como a falta e interesse manifestada pelas gerações mais jovens em relação ao sector;
4. A pouca mobilidade profissional verificada entre os pescadores;

5. Os conflitos existentes entre os pescadores comerciais e de recreio e entre pescadores que trabalham com diferentes artes;
6. A elevada incidência de actividade ilegal e o deficiente controlo.

A região do Algarve concentra o maior número de unidades de aquicultura licenciadas bem como a maior área ocupada pela aquicultura em Portugal. Os principais problemas que afectam a sustentabilidade desta actividade estão relacionados principalmente com problemas de ordem ambiental. Entre as principais preocupações encontra-se:

1. A qualidade da água, principalmente a eutrofização das águas, resultante principalmente das descargas de resíduos urbanos;
2. Os conflitos ambientais resultantes do facto de a maior parte da área ocupada pela aquicultura estar inserida no Parque Natural da Ria Formosa (PNRF) o que implica um conjunto de condicionantes uma vez que este parque pertence à Rede Natura 2000, classificado como Zona Especial de Conservação pela Directiva Aves e Habitats;
3. Os conflitos resultantes da utilização da área costeiras altamente requisitadas por outros grupos de interesse locais, designadamente o turismo;
4. A baixa de preços das espécies piscícolas mais frequentemente produzidas (dourada e robalo) devido à entrada no mercado nacional de peixes de aquicultura provenientes de outros países da UE.

A Indústria transformadora dos produtos da pesca e aquicultura tem vindo a perder importância na região, e no país, ao longo dos últimos anos. Algumas das principais condicionantes deste sector são:

1. A elevada dependência do mercado externo do ponto de vista do escoamento dos produtos e do abastecimento de matéria-prima;
2. A diminuta capacidade competitiva para contrabalançar a agressiva entrada no mercado nacional de produtos provenientes de países produtores não comunitários com custos de produção inferiores;
3. O facto de as empresas não possuírem uma dimensão que lhes permita competir com as multinacionais existentes, a nível internacional.

## **7. INICIATIVAS EM CURSO**

Existem algumas iniciativas em curso com o intuito de promover a recuperação dos mananciais de pesca na costa algarvia e promover a sustentabilidade do sector. Sendo as mais importantes relacionadas com programas de implementação de recifes artificiais ao longo da costa, programas de repovoamento e áreas rotativas de interdição da pesca (para os bivalves) realizados pelo Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR). Existem também, ainda em fase experimental, programas de introdução de novas espécies em aquicultura. Tanto o Centro de Ciências do Mar (CCMAR) da Universidade do Algarve como o IPIMAR têm vindo a desenvolver estudos com novas espécies.

A implementação de sistemas de recifes artificiais ao longo da costa algarvia visa promover acções de valorização da faixa costeira, de gestão integrada dos recursos haliêuticos e de ordenamento pesqueiro litoral. O Algarve possui actualmente uma área de recifes artificiais de 43.5 km<sup>2</sup>, com uma área de influência estimada em 67 km<sup>2</sup>. Os recifes artificiais têm o intuito de proporcionar novos *habitats* a uma diversidade de espécies, aumentar a produtividade e proporcionar meios alternativos de gestão pesqueira. Estes podem incluir áreas restritas ou concessionadas para determinadas organizações ou grupos. Um dos benefícios destas áreas de recifes está relacionado com a prevenção do arrasto costeiro ilegal.

Os programas de repovoamento de espécies comercialmente importantes, através da libertação no litoral algarvio de juvenis de espécies produzidas em cativeiro, ainda em fase experimental, podem também ser um instrumento alternativo de gestão de pescarias no litoral algarvio contribuindo para a sustentabilidade da pesca local.

Os programas de introdução de novas espécies em aquicultura visam a produção de novas espécies com elevado valor comercial com o intuito de conseguir a viabilidade económica das empresas ligadas à piscicultura.

A implementação destas novas iniciativas, ainda em fase experimental, necessitam de estudos científicos que comprovem a sua eficiência como meios alternativos de gestão dos recursos.

## **8. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS PARA O SECTOR**

O sector pesqueiro reveste-se da maior importância na região do Algarve. Este sector de grande tradição tem, historicamente, constituído um dos principais recursos económicos da região. Trata-se de um sector de enorme relevo sócio-económico ao longo da costa Algarvia, que assume um papel insubstituível na manutenção da identidade regional e como fonte de rendimento para muitas famílias.

Actualmente o sector pesqueiro na região do Algarve, e em todo o território nacional, está em crise. Verifica-se uma tendência decrescente nas quantidades de pescado desembarcado, no número de pescadores matriculados e embarcações registadas. A comunidade piscatória está a envelhecer e os jovens não mostram interesse em entrar no sector.

A tendência decrescente nos desembarques é preocupante, fazendo do declínio dos mananciais de pesca o principal problema da indústria pesqueira local. Muitos mananciais encontram-se altamente sobre-explorados e têm mostrado uma tendência decrescente de capturas. O manancial de pescada do sul encontra-se sobre-explorado e os TACs têm vindo a ser estabelecidos com valores progressivamente inferiores. O lagostim está, também, altamente sobre-explorado e as capturas por unidade de esforço têm diminuído progressivamente ao longo dos anos.

A tendência decrescente nos desembarques e o facto de o esforço de pesca não ter diminuído (tendo provavelmente mesmo aumentado) é um claro indicador da situação de crise em que se encontram os mananciais locais.

A manter-se a actual situação de sobreexploração dos principais recursos, bem como de elevada pesca ilegal e não cumprimento da legislação em vigor, a única tendência esperada para o sector é a de uma progressiva e continuada diminuição dos desembarques, número de pescadores e embarcações matriculadas.

A aquicultura, através da “Estratégia para o desenvolvimento sustentável da aquicultura europeia” apresentada pela Comissão Europeia em Setembro de 2002, tem como um dos principais objectivos criar emprego seguro, em particular nas áreas mais dependentes da pesca. Sendo assim, e face ao declínio do sector pesqueiro, o incremento da produção aquícola, dando especial relevo à diversificação das espécies produzidas, poderá ser um modo de mitigar os problemas sócio-económicos nas comunidades altamente dependentes da pesca.

A actividade produtiva do sal marinho, muito benéfica para a manutenção dos equilíbrios ambientais nas zonas costeiras (uma vez que as salinas activas proporcionam a existência de ecossistemas determinantes para a sobrevivência de várias espécies animais) importa também promover.

A indústria conserveira, sector de grande importância a nível nacional, defronta-se actualmente com uma série de desafios no sentido de acompanhar a evolução da procura tanto nacional como mundial. A adaptação da oferta ao consumidor, uma maior diversificação da produção (a fim de evitar a monoddependência da sardinha), a diferenciação do produto (através da reafirmação da identidade do produto feito em Portugal) e o aumento da qualidade devem constituir elementos centrais na estratégia para tornar a indústria transformadora de pescado mais forte e competitiva.

O reforço das acções que visam manter a sustentabilidade do sector e inverter a tendência negativa dos últimos anos assume a maior urgência. Estas acções devem permitir a preservação dos recursos existentes e, simultaneamente, a viabilidade económica do sector.

Garantir o esforço financeiro necessário à consolidação do sector, através dos programas de investimento existentes – Programa Operacional das Pescas (MARE) e na sua Componente Desconcentrada (MARIS) – como forma de alcançar esta sustentabilidade reveste-se da maior importância.

O desenvolvimento de um sector económico tão importante como o das Pescas só será possível com o suporte de actividades de I & D orientadas para as necessidades do sector e integradas com outras políticas sectoriais. Apoiar os centros regionais de investigação dos recursos marinhos é fundamental de modo a responder a um conjunto de questões complexas de natureza multidisciplinar, como sejam a avaliação do estado de exploração dos recursos, a interacção da actividade pesqueira com o ambiente, a pequena pesca e ordenamento das pescarias litorais, as tecnologias de pesca, aspectos biológicos e tecnológicos dos sistemas de culturas (principalmente de novas espécies de interesse económico), estudos sobre a interacção da actividade aquícola com o ambiente, etc.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brito, E. P. 1990. Os cenários de desenvolvimento regional e a pesca no Algarve. 6º Congresso do Algarve. Raca Club: 565-569.
- Costa, F. C. & Franca, M. L. 1982. Pesca artesanal na costa algarvia: subsídio para o conhecimento do seu estado actual. Publicações Avulsas do Instituto Nacional de Investigação das Pescas. Nº 1. 77p.
- Dahl, I. L. & Cross, D. 1998. As pescas europeias em números. *EUROSTAT. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias*. 60p.
- Figueira, D. F.; Coelho, M. P. & Lopes, R. J. 2002. Development perspectives for the fisheries sector in Portugal: the Fisheries Operational Program (POP 2000-2006). XIV EAFE Annual Conference. 25-27 March. Algarve. Portugal. 14p.
- Goulding, I; Hallam, D.; Harrison-Mayfield, L.; Mackenzie-Hill, V. & Silva, H. 2000. Regional socio-economic studies on employment and the level of dependency on fishing. Regional Profiles. Lot Nº 23. Coordination and Consolidation Study. Megapesca Ltd. Commission of the European Communities. Directorate-General for Fisheries. 97p.
- Gouveia, A. 2001. Aquaculture in Portugal: an overview. *World Aquaculture* 32 (4): 3-8.
- INE/DGPA. 1981 - 2003. Estatísticas da Pesca. Instituto Nacional de Estatística / Direcção Geral das Pescas e Aquicultura.
- Matias, A. J. 1998. O impacto da Política Comum de Pescas na actividade pesqueira do Algarve: A renda da escassez como componente dos preços. Unidade de Ciências Económicas e Empresariais. Universidade do Algarve. 16p.
- Mendonça, A.; Cardoso, O. & Guerra, I. 1992. Regional, socio-economic study in the fisheries sector: Portugal, Continente. Commission of the European Communities. Directorate-General for Fisheries. Report XIV/375/92. 61p.
- Mesquita, J. V. 1988. A pesca no Algarve: perspectiva histórica. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Universidade do Algarve. Faro. 61p.
- Ridler, N. B. 1993. Salmon farming and lessons for European planning. *European Planning Studies* 1 (4): 499-507.

## ANEXOS

Gráfico 17. Distribuição das licenças de pesca por arte nos principais portos da região do Algarve e pelos segmentos de frota costeira e local, no ano 2002

(Fonte: Direcção Regional de Pescas e Aquicultura do Sul, 2003)

PORTOS	FROTA	ARTES														Total licenças	
		Palangre	Emalhar	Tresmalho	Gaiolas	Alcatruzes	Toneira	Cerco	Ganchorra	Arrasto Crustáceos	Arrasto Peixe	Palangre superfície	Sacada	Cana	Outras*		
Vila Real Stº	Frota costeira	16	16	15	11	7	0	11	3	12	6	5	0	0	0	0	102
	Frota local	105	46	105	11	8	7	0	0	0	0	0	0	1	0	0	281
Tavira	Frota costeira	31	22	22	33	27	1	6	4	0	1	0	1	0	0	138	
	Frota local	27	24	20	17	23	5	0	0	0	0	0	2	3	0	131	
Fuzeta	Frota costeira	10	4	3	7	6	0	1	3	3	0	0	0	0	0	37	
	Frota local	57	4	10	26	38	6	0	21	0	0	0	0	0	0	162	
Olhão	Frota costeira	27	16	17	17	13	0	17	13	5	3	3	0	0	0	131	
	Frota local	50	44	74	7	14	18	0	5	0	0	0	0	0	0	217	
Faro	Frota costeira	11	14	8	12	8	0	9	0	0	0	0	1	0	0	63	
	Frota local	74	32	59	17	23	24	0	0	0	0	1	2	0	2	234	
Quarteira	Frota costeira	7	11	14	15	14	2	4	0	0	0	1	0	0	0	68	
	Frota local	67	64	84	5	13	66	0	0	0	0	0	4	0	0	202	
Albufeira	Frota costeira	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	1	0	0	16	
	Frota local	59	23	24	15	26	54	0	0	0	0	0	2	0	0	203	
Portimão	Frota costeira	28	21	16	27	13	3	16	0	5	2	2	0	0	0	133	
	Frota local	120	47	39	57	14	97	0	0	0	0	0	10	0	0	384	
Lagos	Frota costeira	15	26	19	18	7	4	12	0	0	0	0	0	0	1	102	
	Frota local	49	34	20	31	34	34	12	1	0	0	0	1	8	4	228	
Sagres	Frota costeira	17	15	14	9	2	3	5	0	0	0	3	0	0	1	71	
	Frota local	99	41	46	51	17	81	4	0	0	0	0	4	0	2	345	
Algarve	Frota costeira	164	147	130	151	99	15	77	23	25	12	14	3	0	2	862	
	Frota local	707	359	481	237	210	392	16	27	0	0	1	25	12	8	2475	

\* Rede camaroeira, xávega e apanha de plantas marinhas

Fonte: DRPAS, 2003

**GLOSSÁRIO**
**Pescado descarregado**

<b>Nome comum</b>	<b>Nome científico</b>
Amêijoa-branca	<i>Spisula solida</i>
Carapau	<i>Trachurus trachurus</i>
Cavala	<i>Scomber scombrus</i>
Gamba	<i>Parapennaeus longirostris.</i>
Lagostim	<i>Nephrops norvegicus</i>
Pescada	<i>Merluccius merluccius</i>
Polvo	<i>Octopus vulgaris</i>
Sarda	<i>Scomberscombrus</i>
Sardinha	<i>Sardina pilchardus</i>

**Produção aquicultura**

<b>Nome comum</b>	<b>Nome científico</b>
Amêijoa-boia	<i>Ruditapes decussatus</i>
Dourada	<i>Sparus aurata</i>
Pregado	<i>Scophthalmus maximus</i>
Robalo	<i>Dicentrarchus labrax</i>